

## Processos e estratégias de envelhecimento

A. Teixeira Fernandes

Envelhecer é, desde o nascimento, um processo natural e contínuo. Com a expressão velhice tende a designar-se, todavia, a fase mais avançada da existência. Velho será aquele que atingiu uma certa idade. Velho e idoso são termos que vulgarmente são usados de forma indiscriminada, para caracterizar um estágio de desenvolvimento da vida humana.

Mas quando se utiliza a expressão para definir uma fase da vida, levanta-se também um problema de classificação, tornando-se pertinente saber se se trata de um estado ou de um processo. Do ponto de vista científico, será mais adequado à realidade actual abordar a velhice como um processo. Nesta perspectiva, o fenómeno apresenta-se mais rico de dimensões e de sentidos, em cuja óptica se tentará apresentar, de seguida, esboços da sua teorização. Algumas distinções se impõem como ponto de partida para a delimitação da abordagem.

1. O idoso pode ser analisado em termos de gerações, explorando-se as visões do mundo e as atitudes que eventualmente possam estar em conflito, e em termos de ciclo de vida, atendendo-se às experiências próprias de cada etapa da existência.

Como período de vida, abarca o tempo que vai para além da saída da actividade laboral, em princípio a idade elegível dos 65 anos. De harmonia com os critérios administrativos, a tendência será para considerar como velhos ou idosos aqueles que atingiram a idade da reforma, tida como porta de entrada num tempo de repouso, após uma vida de trabalho. Trata-se de um critério meramente administrativo. Os 65 anos têm surgido como ponto de referência da idade de entrada no que se convencionou chamar de velhice.

Este grupo etário apresenta-se actualmente com grande heterogeneidade, como adiante de mostrará. Há, por um lado, uma crescente subida da esperança

de vida, com acentuados ganhos de sobrevivência. As taxas de esperança de vida em Portugal, em 1999, eram de 71,8 anos para os homens e de 78,8 para as mulheres, com uma diferença de 7,0 pontos. Estes valores subiram, em 2001/2002, respectivamente para os 73,68 e 80,56, com a diferença de 6,88. O adiamento da mortalidade cria uma descoincidência entre o envelhecimento biológico e o envelhecimento na sua aceção social e política. Assiste-se, por outro lado, a uma tendência para a retirada do mercado de trabalho de grupos etários que se encontram mais ou menos próximos dos 65 anos.

Tem-se vindo a perder a coincidência entre a definição administrativa e a realidade social. A velhice reveste-se de configurações diversas, embora sempre relacionada com a ruptura com a vida activa. Alarga-se o tempo/espço do idoso. Se muitos dos reformados em tempo próprio se conservam física e mentalmente activos, *a fortiori* isso acontece com os que compulsivamente passam a essa situação.

Este é o panorama que se encontra nas sociedades contemporâneas, com contornos diversificados e a que importa atender, se se pretende conhecer o fenómeno e gizar para ele as políticas que se impõem.

2. A reforma, de conquista social, vem-se tornando um crescente embaraço social. Ao contrário do que acontecia nas sociedades tradicionais, o idoso surge hoje como um problema complexo nas sociedades individualistas e competitivas. Estas sociedades tendem a interessar-se pelos fenómenos sobretudo na medida em que eles se apresentam rodeados de alguma problematidade. Uma vez que a terceira idade é considerada como algo que tem necessidade de solidariedade e de ajuda, desperta interesse a seu respeito<sup>1</sup>. O seu estatuto passou de activo a passivo, de sede do saber a secundarizado e até mesmo a ignorado. Ser velho é entrar em certa “marginalidade” social.

A problematização aparece sempre com certo atraso em relação à realidade, permitindo que, entretanto, muitas pessoas possam ser sacrificadas. Sem se assumir, com todas as suas dimensões, a problematidade da velhice na mentalidade geral da população, nas instituições e nos poderes constituídos, não será possível elaborar e sobretudo fazer aplicar políticas adequadas a este domínio tão sensível da vida social. Reconhecer que se trata de um problema não significa retirar, porém, dignidade aos idosos. Será, antes, a

---

<sup>1</sup> Rémi Lenoir, “L’invention du ‘troisième âge’; constitution du champ des agents de la vieillesse”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1979, n.º 26-27; Rémi Lenoir, “Une bonne cause; les assises des retraités et des personnes âgées”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1984, n.º 52-53.

condição prévia para que lhes seja assegurada a dignidade que merecem, com as políticas que o seu estado exige.

3. A forma como se vive a velhice é uma função da configuração da sociedade, do modo como se desenvolve a economia, do tipo de vivência familiar e das características do parque habitacional. Estes factores agem como condicionantes ou mesmo como determinantes da vida dos idosos no mundo contemporâneo. Há uma construção social da velhice de harmonia com estas diversas variáveis.

3.1. A situação dos idosos varia de acordo com as diversas modalidades de sociedade. O mundo actual aparece fortemente afectado pelo individualismo, resultante da passagem de uma configuração comunitária a uma configuração societária. Tal desenvolvimento acarreta consigo uma ruptura dos liames sociais. Se as sociedades individualistas cultivam a autonomia e a independência, Portugal, no contexto da Europa, é um dos países onde se tem verificado uma maior subida do rácio de dependência dos idosos, desde a década de oitenta.

As sociedades actuais prestam culto à juventude, ainda que a velhice esteja no horizonte de todos. Em simultâneo com esse culto, o peso da população idosa não cessa de aumentar, movimento que é acompanhado do decréscimo da população jovem. O envelhecimento da população cresce ao mesmo tempo que se mantêm ou descem as taxas de natalidade. A sociedade está a ser sujeita a um duplo processo de envelhecimento, accionado no cume e na base da estrutura etária. Há o envelhecimento nas sociedades, com a diminuição do peso percentual de jovens e o crescimento correlativo de idosos. Envelhecimento na sociedade é também envelhecimento da sociedade, e isso aparece como incompatível com o individualismo dominante, de cariz autonómico.

Amplia-se, além disso, a dimensão do envelhecimento com o alongamento da duração de vida. A longevidade cresce constantemente, de ano para ano, em razão do progresso técnico da medicina e da melhoria das condições de vida. Por acção destes factores, vive-se durante mais tempo e tendencialmente com melhor qualidade, em alguns segmentos da população.

3.2. Mas a situação de inactividade do idoso, para além da sua disfuncionalidade em relação à sociedade de indivíduos autónomos, provoca alguma perturbação ao sistema neoliberal actualmente vigente. Para além de afastada das sociedades individualistas, a terceira idade tende a ser vista como um peso insuportável para a economia social das sociedades pós-industriais, como a criança o era (e continua a ser) para a economia doméstica da

sociedade industrial. A velhice perde a sua significação simbólica e passa a pertencer à ordem da não rentabilidade económica.

No mundo económico, o aumento da esperança de vida não é visto com grande optimismo, aparecendo como um peso desestabilizador, revestindo-se, por isso, não raro de uma certa conotação pejorativa. Vem ameaçando, de facto, os sistemas de pensões, desequilibrando a relação entre activos e reformados. Baixando as participações, torna-se difícil assegurar os níveis de vida dos idosos<sup>2</sup>. O fenómeno do envelhecimento acaba por afectar ainda outros aspectos da vida económica e social, fazendo subir consideravelmente as despesas com a saúde, e exigindo investimentos em hospitais e serviços médicos e na criação das mais diversas infra-estruturas indispensáveis.

Um dos efeitos mais perversos desta situação consiste em converter os idosos em subprodutos não enquadráveis de uma economia competitiva e, por isso, como objectos e não como sujeitos, com tendência a torná-los apenas toleráveis para a sociedade e a custos baixos.

3.3. De harmonia com os modelos de família existentes, se pode também analisar a velhice, actuando cada um desses modelos, de modo diverso, sobre a qualidade de vida dos idosos. Estes tendem a constituir-se em problema para as famílias. A velhice é correntemente identificada com um défice vital e social no interior do lar, não havendo neste lugar para ela.

A família tradicional tratava com doçura, mas por vezes igualmente com alguma brutalidade, os idosos. Não se pode ter uma imagem demasiado idealizada do passado. O que as sociedades contemporâneas conhecem, de modo particular, é a “desfamiliarização” das relações no interior do lar, com a diluição do nós comunitário e com a alteração do modo de relacionamento entre as gerações<sup>3</sup>. Perde-se, cada vez mais, o sentido da solidariedade natural, uma vez operada a destruição das bases sociais em que assentava a família tradicional

O quadro habitual de vida, no espaço próprio da família, proporciona, porém, aos idosos um alto valor para o seu equilíbrio e bem-estar físico, psíquico e social. Se o envelhecimento da população levanta problemas à sociedade e contraria o esforço de competitividade e a ânsia de lucro, com o

---

<sup>2</sup> D. Penne, *La Dynamique de la Retraite*, Paris, Économica, 1996; G. Herzlich, “La démographie met-elle en péril la sécurité sociale?”, in *Alternatives Économiques*, Juin, 1997.

<sup>3</sup> Rémi Lenoir, “L’effondrement des bases sociales du familialisme”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1985, n.º 57-58; Irène Thériy, *Le Démariage*, Paris, Odile Jacob, 1993; P. R. Bize e C. Vallier, *Uma Vida Nova: a Terceira Idade*, Lisboa, Verbo, 1985; Luísa Pimentel, *O Lugar do Idoso na Família*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001; Daniel Dagenais, *La Fin de la Famille Moderne. Signification des Transformations Contemporaines de la Famille*, Québec, Les Presses de l’Université Laval, 2000.

aumento da longevidade, não menos os coloca à família, na relação que estabelece entre gerações. É um desafio à democracia, na sua gestão dos trajectos humanos, do mesmo modo que se apresenta como um problema de equilíbrio e de substituição de gerações e de simetria entre ciclos de vida, no interior dos agregados familiares.

O idoso deixou de ser o elo de ligação entre gerações. No passado, assegurava a continuidade da tradição da família, constituindo um elemento fundamental do quadro social da sua memória. Hoje os matrimónios tendem a ser meros e transitórios pontos de encontro. Rompem-se as suas cadeias, diluem-se as suas identidades, apagam-se as suas memórias. Sem memória, não há família que subsista. Chegou-se ao fim do casamento para toda a vida, a favor de associações de “amor confluyente”<sup>4</sup>, que duram tanto tempo quanto a satisfação nelas encontrada pelos cônjuges. Assim, nas famílias, como nas sociedades, as vítimas são sempre os mais fragilizados. A relegação marca, deste modo, profundamente a situação social da velhice.

3.4. O idoso não encontra sequer lugar na habitação espacialmente reduzida, que o mercado oferece às pessoas. Existe uma indubitável relação entre a edificação habitacional e a composição actual das famílias. Estas são de dimensão extremamente reduzida, convidando à construção de casas com pouco espaço, levando a uma redefinição do parque habitacional. O espaço exíguo das casas torna depois insuportável a presença dos idosos. O velho não só não tem aí espaço, como é, sobretudo, um grave incómodo. As pessoas incorporaram bem, na sua mentalidade, o sentido expresso no poema de Bertolt Brecht: “Vidas, as lúcidas / mortes, as súbitas”. Nas sociedades tradicionais, as coisas passavam-se de modo diferente. Pascal afirma: “Morte súbita, a única a temer. E é por isso que os confessores vivem em casa dos grandes”<sup>5</sup>. Numa sociedade da longevidade, a morte tornou-se um processo longo e quase tudo se faz para a prolongar. A morte outrora ocorria cedo, hoje bastante tarde; antes dava-se de forma rápida, hoje de modo lento. Ao aumento da esperança de vida, corresponde o adiamento da morte.

4. Face a este conjunto de factores determinantes ou condicionantes da situação da velhice nas sociedades contemporâneas, alguns obstáculos se levantam à sua problematização e conceptualização.

---

<sup>4</sup> Anthony Guiddens, *Transformações da Intimidade*, Oeiras, Celta, 1995, pp. 4-43.

<sup>5</sup> Bertolt Brecht, *Poemas*, Lisboa, Editorial Presença, 1976, p. 49; Blaise Pascal, *Pensamentos*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1998, p. 98.

A velhice ocorria outrora quando o homem se tornava incapaz de participar na vida do grupo e de assumir a sua quota parte nas tarefas colectivas. Isso acontecia na fase terminal da vida. A velhice constituiu-se depois como situação legítima de não trabalho, em que se pode fazer aquilo de que se gosta. Ainda na força da idade, ou sentido-se grande capacidade, é restituído à pessoa o domínio da vida e do tempo.

A ideologia da juventude torna, no mundo hodierno, relativamente opaca a realidade do envelhecimento. Dificilmente se imagina, na juventude e mesmo na idade activa, que, nos velhos, os membros e todo o corpo passam a não obedecer à vontade do homem. O processo de envelhecimento arrasta consigo modificações mais ou menos profundas em relação à normalidade social. A experiência das pessoas idosas deixa de ser perceptível aos que a não vivem, impedindo a compreensão das suas impossibilidades. Este facto leva Norbert Elias a afirmar que “a jovem geração, chegando ao poder, maltrata muito frequentemente a antiga, por vezes mesmo com crueldade”<sup>6</sup>. Isso ocorre tanto nas sociedades tradicionais como nas modernas. Naquelas, eram conhecidos os “abafadores”, de que fala Miguel Torga.

As sociedades têm vindo a adquirir conhecimentos sucessivos sobre o processo de envelhecimento, nos seus diversos domínios e aspectos. Esse conhecimento tem avançado em biologia, em medicina, em psicologia, em economia e em sociologia. Mas o desenvolvimento cognitivo tem acompanhado, ao mesmo tempo, a desvalorização da velhice na mentalidade geral e nas instituições, reduzindo-a a mero problema. Procura-se isolar a idade e a morte, porque se tornaram disfuncionais. Os velhos são lançados em lares, tornados depósitos de idosos, e a agonia é retirada do olhar para o silêncio dos hospitais. Mesmo quando os cuidados médicos atingem graus elevados de sofisticação, ou sobretudo quando isso acontece, tende-se a esquecer o ser humano. Norbert Elias lembra que “não é supérfluo dizer que os órgãos passam, muitas vezes bem antes dos homens”<sup>7</sup>. O homem é mais do que a soma de órgãos ou mais do que um conjunto de órgãos em bom ou em relativo funcionamento.

A idade constitui, aliás, quase sempre, uma surpresa. As pessoas surpreendem-se, um dia, como velhas. Alguns momentos aparecem a despoletar esse sentimento. Um deles surge quando se atingem os 65 anos e se pára, outro quando se perde o emprego, embora possuindo capacidade para uma

---

<sup>6</sup> Norbert, Elias, *La Solitude des Mourants*, Paris, Christian Bourgois Éditeur, 1998, p. 100.

<sup>7</sup> Norbert, Elias, *La Solitude des Mourants*, p. 120.

reinserção profissional. Até aí, anda-se envolvido na vida, sem se pensar na velhice. A surpresa é sintoma de um certo desconhecimento e este impede a sua adequada abordagem. As sociedades tendem a encarar a velhice como um mero subproduto, relegado para as suas margens.

5. A velhice não é, todavia, uma realidade homogénea, nem na sua constituição morfológica, variando em função da classe social de pertença, nem do ponto de vista das fases que tem que atravessar. Podem ser tipificadas três fases distintas no processo de envelhecimento. A crescente longevidade obriga a introduzir novas fases nas idades da vida. Nomeadamente na primeira fase a seguir tipificada, tendem a existir etapas diferentes por causa da saída precoce do mercado de trabalho e da entrada em situação de desemprego de longa duração. Este segmento da população viverá a entrada na inactividade de modo diferente dos que atingem a reforma, aos 65 anos. Vem-se transformando o sentido e a vivência da reforma. Trata-se da passagem a uma nova fase da vida, auto-gerida, constituída em obrigação e em constrangimento.

A sociedade industrial transformou, de facto, o trabalho em liame, na relação do indivíduo com a sociedade. O trabalho fornece um estatuto social. Envelhecer passa, então, a coincidir com a perda da força de trabalho. A velhice constitui uma situação legítima de não trabalho. A instituição da reforma, do ponto de vista diacrónico, remodela o ciclo de vida das pessoas.

5.1. A primeira fase é ainda encarada em função do trabalho. Os primeiros tempos da reforma podem ser vivenciados com o prazer de uma existência sem constrangimentos, na medida em que se foge ao ritmo dos horários. Esta fase é caracterizada pela transição do trabalho ao não trabalho, ou do constrangimento ao prazer do tempo livre.

A partir dos 40/50 anos, uma percentagem crescente da população activa, que carece de formação técnico-profissional adequada para se manter no mercado de trabalho competitivo, pode ver ameaçado o seu lugar de emprego, tendo, no seu horizonte existencial, cerca de metade da vida para viver. Estes engrossam o contingente dos que passam a ser considerados como idosos.

Alguma ambivalência rodeia esta fase. As pessoas são libertadas do trabalho, mas ainda não se têm como velhas. Sentindo-se na força da vida, é-se libertado da obrigação do trabalho ou empurrado para essa situação. É nesta altura que se torna mais vivo o paradoxo de se ser idoso e de não se sentir velho. A avaliação é subjectiva e resulta da relação estabelecida entre o estilo de vida que se tem ou se deseja e a capacidade para o usufruir. O que conta é a idade que se sente.

5.2. Face ao tempo livre de que se dispõe, a vida necessita de ser reinventada. O não fazer nada, a liberdade de todo o tempo, transforma-se em enfado, obrigando a uma reconstrução da vida. Cedo se descobre que é indispensável introduzir um novo ritmo e outras inércias, deixando de se ficar entregue à fruição do instante. É então que a pessoa se confronta com o tempo. A existência desenrola-se em função deste e da necessidade de o enfrentar.

Algumas preocupações rodeiam, em especial, esta fase, nomeadamente a provação do sofrimento, o desejo de não ser pesado aos outros, em correspondência com o ideal moderno da autonomia, e o tentar evitar, a todo o custo, a impressão de decrepitude. Isso não se torna fácil para as pessoas, a braços com a necessidade de preencher o tempo na sua totalidade, num tempo em que há, cada vez menos, tempo para arriscar e errar.

Nesta segunda fase, pode ser activada uma rede de amizades, avivando a memória, e proceder-se à combinação de antigos e novos saberes, alargando o campo da experiência. A reforma impõe uma reorganização global da vida quotidiana.

5.3. A entrada na velhice propriamente dita – e esta é a terceira fase – opera-se através da perda da capacidade de participar na vida social. O indivíduo, de acordo com a mentalidade dominante nas sociedades ocidentais, só existe quando desenvolve uma actividade social. Esta actividade serve-lhe de espelho para a construção da sua identidade e de base à sua auto-estima.

O envelhecimento atinge profundamente a pessoa, na sua personalidade, na sua consciência e no seu modo de participação. Saber envelhecer é, por isso, também saber aceitar. Os idosos tendem a viver em função das perturbações introduzidas na existência, mais dóceis à negociação, em razão da perda do controlo do corpo e do crescente apagamento da consciência.

Diante de si, se encontra a inevitabilidade da morte. Em qualquer dos casos, morrer é mais preocupante do que a própria morte. Não é a morte em si mesma, mas a sua ante-câmara, que cria angústia. A má morte será a que é lenta, que se prolonga, a que não acaba mais. As sociedades hodiernas têm uma particular dificuldade em lidar com tudo o que concerne a morte, os ambientes em que ocorre, tendendo a remeter isso para o espaço dos hospitais. Criados para cuidar da saúde, convertem-se em instituições que administram a morte. Para uns, é aceite, para outros é temida.

A confrontação com a morte não é, no entanto, algo que ocorra somente na fase terminal da vida. Dá-se, desde logo, a morte do ser social, com a

reforma<sup>8</sup>. Há depois a morte perante o espelho, face aos sinais de decrepitude. Há ainda a morte como destruição do estilo de vida, sonhado-imaginado ou realizado. E há finalmente a morte como apagamento do ser e do existir. Estes sentimentos podem atravessar as diferentes etapas do envelhecimento.

A velhice acentua-se quando não se torna mais possível exprimir a vontade. Não há velhice enquanto há capacidade de reinventar a vida, isto é, de exprimir um querer face às possibilidades que a existência oferece.

5.4. Diversas fases da velhice aparecem assim claramente tipificadas. A primeira corresponde ao tempo em que o ser humano deixa de exercer o seu dever de trabalho – noção herdada da sociedade industrial. A velhice decorre, numa segunda fase quando se é colocado perante o imperativo de gerir a existência. Ela surge, numa outra fase, quando não se pode exercer mais a liberdade, isto é, se é incapaz de definir um projecto de vida próprio de forma autónoma e se torna totalmente dependente.

Depara-se, na velhice, com vários períodos: o período da vida a reinventar, com a libertação do trabalho, através da reforma; a vida a administrar, em que se aprende a ser velho, e que ocorre quando se começa a perder a autonomia e surge a necessidade de apoio; e o reconhecimento e a negociação da dependência.

Abandonava-se o trabalho, quando se estava próximo do termo da vida. Após a libertação do trabalho, está-se hoje no limiar de uma nova vida a reinventar. O reconhecimento e a negociação da dependência tendem a começar relativamente cedo, sobretudo quando se sente o peso da solidão ou se é acosado pela doença. A desincorporação social atinge progressivamente a velhice. A desincorporação, sobretudo quando se é visitado pelo sofrimento, corta as amarras que prendem aos contextos mais próximos de afectividade e mais amplos de sociabilidade.

Em cada uma das fases acabadas de referir, podem ser traçadas e percorridas trajectórias diversificadas, de harmonia com a própria diferenciação existente no seu interior. A individuação de tais trajectórias exige uma análise mais fina do seu reticulado e dos recursos disponíveis.

6. A entrada na velhice é marcada pela irrupção de eventos perturbadores que exigem da pessoa a confrontação com alguns problemas, alguns dos quais lhe são relativamente específicos e que se acentuam progressivamente.

---

<sup>8</sup> Anne-Marie Guillemard, *La Retraite: Une Mort Sociale*, Paris, Mouton, 1972.

6.1. A sua vivência agrava-se, sobretudo se se converte numa forma de exclusão social. Alarga-se o período de exposição à vulnerabilidade face aos interesses empresariais, deixando desamparados e em risco indivíduos e grupos sociais<sup>9</sup>. Os idosos encontram-se, na sua grande maioria, enleados na lógica de exclusão desta sociedade, que lhes retira qualquer papel na vida social. Tendem a ser restos que sobram da sociedade da competitividade, voltada para a produção e o consumo. A velhice constituída em problema é uma velhice considerada como uma nova questão social. Trata-se de uma categoria particularmente vulnerável à pobreza e à exclusão social.

A crise fiscal, que afecta os chamados Estados sociais, complica ainda mais a situação, confiando à acção do mercado as oportunidades devidas à solidariedade entre gerações, acabando por desonerar também as famílias. Observa-se um processo de regressão na qualidade de vida do idoso, ao mesmo tempo que tende a elevar-se a qualidade de vida na sociedade. A ambivalência acompanha este fenómeno. A competitividade aumenta o desemprego, mas o Estado diminui os encargos com os desempregados.

É indispensável um novo pacto social, numa sociedade em que, cada vez menos, é necessário o trabalho para a produção de bens e serviços. Tendo em conta esta evolução, Ulrich Beck advoga um trabalho de cidadania, como “trabalho público e cívico”, capaz de tornar as cidades mais habitáveis e a democracia mais fortalecida. Com a libertação do trabalho cívico dos impostos, constituir-se-ia um novo “pacto social contra a exclusão”. Ulrich Beck pergunta-se: “Quanta pobreza pode suportar a democracia?”<sup>10</sup>. A especialização no mercado competitivo exclui necessariamente as ocupações adequadas aos idosos, para além de as retirar aos destituídos da indispensável formação profissional.

Não será também pela via da instituição do mercado do trabalho social que segue o neoliberalismo. Segundo Pierre Bourdieu, a social-democracia convertida ao neoliberalismo não sonha com uma Europa social, porque “os governos social-democratas perseveram no seu erro histórico: o liberalismo antes de mais, o “social” mais tarde, isto é, nunca, porque a desregulação selvagem torna sempre mais difícil a construção da Europa social”<sup>11</sup>. Numa sociedade dominada pelo neoliberalismo, não se encontra espaço para os inactivos, menos ainda para os idosos.

---

<sup>9</sup> Robert Castel, *La Gestion des Risques*, Paris, Minit, 1981.

<sup>10</sup> Ulrich Beck, *Qué Es la Globalización?*, Barcelona, Paidós, 1998, pp.

<sup>11</sup> Pierre Bourdieu, *Interventions, 1961-2001*, Paris, Agone, 2002, pp. 195, 196, 208 e 209.

Embora cerca de 2/3 dos idosos sejam pobres, há também neles um potencial económico considerável, que as sociedades ocidentais tendem a explorar através de um marketing voltado para a venda de produtos, a criação de instituições, e o lançamento de empreendimentos habitacionais e de actividades turísticas. A velhice é uma categoria etária que, em alguns segmentos, deixa de ser entendida como passiva<sup>12</sup>. As sociedades descobrem o seu potencial económico. Mas se procuram atrair o seu dinheiro, quase nunca estão atentas ao seu potencial de actividade útil. Trata-se de um intervalo etário com capacidade para diversas actividades sociais, qualquer que seja a classe social de pertença.

6.2. Se as camadas inferiores da sociedade são afectadas pela vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social, outros segmentos da população serão mais atingidos por factores diferentes. A perda de poder e o sentimento de que se está impedido de participar no devir da sociedade e de que se deixou de ser útil acabam por ser profundamente destrutivos. Segundo Pascal “é horrível sentir escoar-se tudo o que se possui”<sup>13</sup>. O poder gerontocrático tende a perder-se, à medida que se opera a desvalorização da velhice em termos de saber e de controlo das coisas. O sentimento de não se ter mais lugar na sociedade aparece de forma mais dolorosa nas camadas superiores, porque é também nelas que o trabalho é rodeado de especial poder e consideração. A crise criada pelo estatuto da reforma tenderá a ser tanto mais sentida quanto mais a posição social é devida ao êxito pessoal. Parece que será aqui que a reforma mais se apresentará como morte social.

Porque a necessidade de se ser considerado é um sentimento comum, a consciência de inutilidade pode atingir também, de forma geral a auto-estima de todos. Mas é nas classes populares que o sentimento de inutilidade aparece normalmente de forma mais aguda, e quase sempre como o equivalente da perda de estatuto das classes superiores.

6.3. O idoso aparece ainda confrontado com a experiência do tempo. A reforma provoca uma ruptura profunda da vida quotidiana, com uma desestruturação da temporalidade. A pessoa é colocada numa situação radicalmente nova. A vida encontrava-se programada por outros, na escola quando jovem, no trabalho quando activo. O tempo libertado era residual, passando agora a ser total. A lentidão converte-se em característica, que a juventude suporta mal. Ao ser-lhe restituído o domínio da vida, enquanto libertação do trabalho, debate-se o idoso com o tempo, esse bem que lhe é precioso.

---

<sup>12</sup> R. Rochefort, *La Société des Consommateurs*, Paris, Odile Jacob, 1995.

<sup>13</sup> Blaise Pascal, *Pensamentos*, p. 98.

No novo contexto, detém a memória do tempo passado, num tempo de diluição das identidades colectivas. O idoso precisa, contudo, que o ajudem a restituir à sua pessoa a própria identidade, reconstruindo o fio da vida, mediante a manutenção das relações familiares e sociais, onde a memória alimente a recordação, talvez o que resta capaz de preencher os tempos vazios do fluxo da existência. A esta luz devem ser consideradas as alternativas de residência, quer na manutenção no domicílio, quer nos espaços de sociabilidade nos centros de dia, quer nos centros de convívio e quer no apoio familiar, quer na deambulação pela casa dos filhos.

Convém ter presente que a terceira idade não é necessariamente a fase da vida de maior importância do lazer<sup>14</sup>. A grande percentagem dos rendimentos é destinada, na maioria dos casos, à satisfação das necessidades fundamentais. Os objectivos são a curto prazo.

6.4. O idoso tem de encarar, por outro lado, a dura experiência do corpo. O estar só e a ver escoar-se o tempo, embora com todo o tempo para si, é acompanhado do estar doente. A doença é uma grave perturbação da vida quotidiana. O envelhecimento é percebido como uma ameaça que paira sobre o equilíbrio entre as capacidades físicas e mentais e o desempenho de uma actividade de acordo com um dado estilo de vida. Ocorre uma progressiva passagem da fase da autonomia à fase da dependência. É particularmente nesta última situação que se vive a experiência do corpo. O sofrimento que constantemente acompanha o idoso vai separando da vida. A atenção anterior dada ao trabalho é substituída agora pelo cuidado com o corpo, à medida que a fragilidade é experienciada pela doença. O gosto dos contactos humanos diminui e declina a sua capacidade afectiva. A exclusão silenciosa é acompanhada do refriamento progressivo das suas relações com a família e o mundo da convivência afectiva. Cai-se, progressivamente, no que Norbert Elias designa por “solidão dos moribundos”.

A fragilização física é contemporânea, numa sociedade incivil, da consequente ausência da segurança. Há uma perda das faculdades, uma limitação das possibilidades de acção e uma deterioração da imagem de si face aos outros. Todos possuem um “rosto” e uma “face”, na relação social, que se deforma e se apaga. E isso, ao mesmo tempo que inquieta o olhar (desde logo no espelho do quarto), perturba o sentimento de auto-estima (no espelho social). Decresce a confiança em relação ao espaço que rodeia o velho, espaço quer público quer privado. Vai-se quebrando, para ele, a acessibilidade aos bens e

---

<sup>14</sup> Maria João Valente, *Reformados e Tempos Livres*, Lisboa, Ed. Colibri, 1999.

serviços necessários à satisfação das necessidades elementares, com a introdução de práticas rotineiras em contraste com as mudanças rápidas da sociedade. A velocidade na transformação produz instabilidade.

O envelhecimento da população é acompanhado do aumento de pessoas atingidas pela doença mais ou menos crónica, fazendo correr o risco de incapacidade para se efectuar um certo número de actividades da vida quotidiana. Seis papéis de sobrevivência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS): independência física, orientação no tempo e no espaço, capacidade de se adaptar ao seu meio ambiente imediato (mobilidade), ocupações habituais para a idade e o sexo, suficiência económica (*International Classification of Impairments Disabilities and Handicaps*, OMS, Génève, 1980).

6.5 Defrontam-se igualmente os idosos, no seu mundo de relações, com a diluição dos contactos sociais. A saída do mercado de trabalho arrasta consigo a perda de sentido, sentido na sociedade, sentido na família, sentido na vida. Tem-se vindo a operar uma crescente marginalização das pessoas dependentes por parte de uma sociedade concebida para pessoas autónomas. Segundo André Gorz, “os velhos são remunerados para aceitarem a sua exclusão das actividades sociais”<sup>15</sup>. Ser dependente significa ser incapaz, e a incapacidade gera a exclusão do mundo das actividades, o isolamento físico e social, com a queda num relativo abandono. Perdem-se crescentemente os familiares e rareiam, cada vez mais, os amigos, sem se possuir a capacidade para se formarem novas amizades. Estabelecem-se contactos sociais mais facilmente com os vizinhos do que com os familiares e os amigos. O contacto local passa a ser o centro do espaço de vida, cada vez mais reduzido à proximidade. O espaço existencial tende a encurtar-se, até aos limites da capacidade de mobilização. Envelhecer bem consiste na arte de saber afrontar estas perturbações.

O abandono do emprego é seguido de uma diminuição das relações sociais e a esta sucede uma perda de sentido. A reforma significa uma separação do mundo profissional, com as suas actividades, os seus calendários, os seus ritmos, as suas relações sociais e as suas formas de cultura. Somente em percentagem diminuta, se participa, como membros, em organizações sociais e culturais. O sentido desenvolve-se em sistemas de relação social, que, com a fragilização dos liames sociais, se diluem.

6.6. Deparam, finalmente, os idosos com a solidão, no espaço de residência. As sociedades actuais produzem naturalmente a solidão dos velhos e dos moribundos. À medida que envelhecem, as pessoas enfraquecem e são cada vez

---

<sup>15</sup> André Gorz, *Les Chemins du Paradis*, Paris, Galilée, 1983, p. 84.

mais isoladas da sociedade, do círculo da sua família e das suas relações sociais. Perde-se o relacionamento com os amigos e passa-se a viver em instituições ou na sua dependência. Se a entrada num lar significa “a ruptura definitiva dos laços afectivos antigos” e a retirada da coabitação com familiares, segue-se que “separar pessoas idosas da vida normal e reuni-las com desconhecidos significa condená-las à solidão”. Consequentemente, “numerosas casas de reformados são desertos de solidão”<sup>16</sup>. Acabam por morrer ao abandono. No passado, isso não acontecia, porque também se tinha menos o hábito de viver a sós.

Mas a solidão não preenche apenas os espaços das instituições criadas para depositar idosos. Em 1981, 13, 0% do total das famílias clássicas eram constituídas por uma só pessoa. Destas, 52,0% eram formadas por idosos que viviam sós. Em 1991, a percentagem de famílias com uma só pessoa passou para os 14,0%, sendo de 56,0% o valor dos idosos isolados. De acordo com os Censos de 2001, a média dos que vivem sós, no continente, subiu para os 17,40%, sendo de 50,80% o valor dos idosos. Destes, 77,70% são mulheres e 22,30% são homens. Na cidade do Porto, segundo os mesmos Censos de 2001, 25,30% das famílias clássicas são constituídas por uma única pessoa, 43,40% das quais possuem 65 e mais anos, com 16,30% de homens e 83,70% de mulheres. Com duas pessoas, a percentagem, na mesma cidade, de famílias clássicas é de 28,50%, sendo em Portugal, de 28,60%. Estes dados estatísticos mostram que o problema da velhice abandonada se vai revestindo de particular relevância nas actuais sociedades. Torna-se frequente o viver só e esta modalidade de vida atinge fortemente os idosos e, em especial, as mulheres. O viver só corre o risco de se transformar em forma normal de existência.

As sociedades modernas retiram a velhice e a morte, com as circunstâncias que as rodeiam, da proximidade das pessoas. Mas os terrores nocturnos da infância, quando os há, podem regressar na velhice. É o tempo do regresso das crenças. Quem só conhece a vida encara a morte como fim de tudo. Morrer é sempre colocar-se, de qualquer modo, perante a incerteza.

6.7. A acumulação de todos esses problemas é vivida sob a forma de dependência. A um período de reforma com autonomia, sucede um período de dependência. O envelhecimento torna-se um particular problema social, nomeadamente quando aumenta o rácio de dependência<sup>17</sup>. A velhice é acom-

---

<sup>16</sup> Norbert Elias, *La Solitude des Mourants*, pp. 100, 101 e 102; Alain Valtier, *La Solitude à Deux*, Paris, Odile Jacob, 2003.

<sup>17</sup> António Joaquim Esteves, *Jovens e Idosos*, Porto, Afrontamento, 1994; António Joaquim Esteves, “Envelhecimento: contas da idade e a contas com modos de viver e morrer”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 43 (1-2), 2003, pp. 9-45; Ana Alexandre Fernandes, *Velhice e Sociedade*, Oeiras, Celta, 1997.

panhada da crescente carência de liberdade e de autonomia. Com a idade, aumenta o medo de se tornar dependente, na medida em que se vai perdendo poder, nas suas diversas valências. O medo que acompanha o envelhecimento é o medo que tem a ver com a privação do poder, da independência e da autonomia, isto é, do controlo sobre si próprio e sobre o seu meio ambiente.

Tem vindo a crescer, em Portugal, o índice de dependência. Entre 1960 e 2001, o índice (resultante da relação entre a população em idade activa – 16-65 anos – e a dependente) passou dos 12,7% para os 24,5%. Em 1960, 8,0% da população tinham mais de 65 anos, passando, em 2001, para os 16,5%. Baixou, entretanto, a população de jovens, dos 29,1%, em 1960, para os 16,0%, em 2001. O movimento demográfico exprime claramente o índice de dependência em curso na sociedade portuguesa.

A aceitação bastante fácil das novas condições de vida, não é mais do que um meio, ainda que inconsciente, de escapar à crescente fraqueza. Essa atitude pode gerar uma conduta relativamente infantil. O processo de envelhecimento modifica, por vezes, a posição dos indivíduos na sociedade, as suas relações com os outros, porque altera o seu poder e o seu estatuto.

A situação da velhice, deste ponto de vista, não é, de modo algum, uma situação homogénea, pois permite tanto a vivência em autonomia como a sobrevivência na dependência<sup>18</sup>. A própria aspiração à reforma não deixa de ser sentida à mistura com a inquietação face a essa dependência. Esta pode levar ao desenvolvimento de actividades de manutenção a domicílio, ou impossibilitar a residência em casa própria, forçando a transferência para lares. Os custos económicos das soluções encontradas variam em função dos diferentes tipos e graus de dependência e das camadas sociais em causa. Mas maiores serão ainda os custos psicológicos das pessoas.

7. Considerada do ponto de vista sincrónico, a entrada num estado de inactividade permanente, para que se evitem os maiores riscos e se fuja à precoce ou acentuada dependência, postula o recurso a algumas estratégias. De outro modo, agravam-se os problemas com que se passa a deparar. Segundo Peter L. Berger e Thomas Luckmann, “a modernização significa a mudança de uma existência determinada pelo destino por uma outra que consta de uma larga série de possíveis alternativas. Anteriormente, quase todas as fases da vida estavam assinaladas, o indivíduo passava de uma fase a outra segundo

---

<sup>18</sup> Philippe Pitaud e Richard Vercauteren, *Acteurs et Enjeux de la Gérontologie*, Paris, Éd. Érès, 1993; B. Veysset e J.-P. Deremble, *Dépendance et Vieillesse*, Paris, Éd. L'Harmattan, 1989.

padrões pré-determinados: infância, ritos de transição, emprego, matrimónio, criação dos filhos, envelhecimento, enfermidade, morte”. A modernidade transformou profundamente tal evolução. Na nova situação, “só o nascimento e a morte continuam a ser determinados pelo destino. Paralelamente à pluralidade de possíveis alternativas a nível material, os múltiplos processos de modernização abrem uma gama de opções a nível social e intelectual”<sup>19</sup>. Assiste-se a uma mudança radical na vida humana, permitindo a emergência de estratégias através das quais se torna possível reinventar a vida.

Por estratégia, não se deve entender um acto voluntário finalizado, mas um conjunto de práticas estruturadas pela história, através das quais se con-substancia a trajectória de vida de cada um. As estratégias que permitem confrontar situações imprevistas, somente, na aparência, são determinadas pelo futuro. Para Pierre Bourdieu, “se elas parecem orientadas pela antecipação das suas próprias consequências, encorajando assim a ilusão finalista, é porque, na realidade, tendendo sempre a reproduzir as estruturas objectivas de que são o produto, elas são determinadas pelas condições passadas da produção do seu princípio de produção, isto é, pelo futuro já ocorrido de práticas passadas, idênticas ou substitutivas, que coincide com o seu porvir, na medida em que, e *só na medida*, em que as estruturas nas quais elas funcionam são idênticas ou homólogas das estruturas objectivas de que são o produto”. Traduzindo, de outro modo, a perspectiva analítica bourdieusiana, poderá dizer-se que as estratégias são o produto de *habitus*. A abordagem de Pierre Bourdieu cruza-se perfeitamente, neste particular, com a de Norbert Elias, segundo o qual, em tal processo, “o conjunto da vida passada assim como a estrutura da personalidade desempenham um papel decisivo”<sup>20</sup>. Há diferenças de pessoa para pessoa, na maneira de afrontar o tempo livre e a dependência. A adaptação às novas situações, pela decisão que envolve, toma, por vezes, a forma de regressão a estados de ânimo bastante recuados.

As diferenças entre as pessoas de idade são uma função das trajectórias familiares, sociais e profissionais, conducentes à estruturação de modos diversos de gestão da velhice e nomeadamente da dependência e, conseqüentemente, as relações diversificadas com os serviços. Esta óptica de análise chama a atenção para o facto de que as pessoas idosas apresentam mais diferenças do que semelhanças entre si, ainda que existam elementos unificadores.

---

<sup>19</sup> Peter L. Berger e Thomas Luckmann, *Modernidad, Pluralismo y Crisis de Sentido*, Barcelona, Paidós, 1997, p. 86.

<sup>20</sup> Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit, 1980, pp. 102 e 103; Norbert Elias, *La Solitude des Mourants*, p. 97.

Considerando este intervalo etário mais heterogéneo do que homogéneo, abrem-se outras perspectivas à investigação, tornando-se também mais adequadas as eventuais políticas que se lhe dirijam.

As condições de existência definem as zonas de incerteza e as condições de possibilidade. Nesta idade, “o investimento está associado à incerteza, mas a uma incerteza limitada e de qualquer modo regulada”. Somente poderão ocorrer formas de antecipação razoáveis, desde que se instaure uma relação entre as esperanças subjectivas e as possibilidades objectivas. Casos há em que a presença da incerteza absoluta suprime toda a capacidade de prever. Não será possível prever, a não ser com uma posse razoável de poder, sem o qual a dependência será total. De qualquer modo, Pierre Bourdieu pensa que “a expectativa implica a submissão”, tendendo a desenvolver-se, na expressão de Miguel de Cervantes, a arte de “deixar o tempo ao tempo”<sup>21</sup>. Mas se, em situações extremas, não há mais limites ao arbitrário e ao imprevisível, na maioria dos casos, é oferecida a cada um uma gama de possíveis. As margens de liberdade definem as zonas de incerteza, tanto objectiva como subjectiva.

Se a velhice é o horizonte de cada um, uma diversidade de possibilidades lhe está aberta. Ela veicula uma acumulação de experiências e de saberes. Como ser de cultura, o homem é capaz de proceder a escolhas, no campo das acções possíveis. Esses possíveis aparecem delimitados. Não se envelhece de qualquer maneira. Envelhece-se da forma como se viveu. Segundo Anthony Giddens, “as etapas da vida humana são tanto de natureza social como natural. Estão influenciadas pelas diferenças culturais, assim como pelas circunstâncias materiais em que as pessoas vivem em determinados tipos de sociedade”. A vivência quotidiana, em culturas concretas, oferece o horizonte às escolhas possíveis. A vida na velhice é um acto de liberdade e de escolha, num quadro determinado de coordenadas. A cultura é a matriz de liberdade de cada um, porque ela define o espaço dos possíveis. Alexis de Tocqueville observa que, à medida que estuda o estado antigo do mundo e observa com mais detalhe o do seu tempo, é “tentado a crer que o que se chama as instituições necessárias não são muitas vezes mais do que as instituições a que se está habituado, e que em matéria de constituição social, o campo do possível é bem mais vasto do que os homens que vivem em cada sociedade imaginam”<sup>22</sup>. Será, na verdade, o homem quem limita esse campo de possíveis – porque é

<sup>21</sup> Pierre Bourdieu, *Méditations Pascaliennes*, Paris, Seuil, 1997, pp. 26, 254, 270, 272, 277 e 281; Miguel de Cervantes, *Nouvelles Exemplaires*, Paris, Gallimard, 1996, p. 101.

<sup>22</sup> Alexis de Tocqueville, *Souvenirs*, Paris, Gallimard, 2004, p. 103; Anthony Giddens, *Sociologia*, Madrid, Aliança Editorial, 1995, p. 115.

sempre a liberdade que cria os determinismos –, e tenderá, cada vez mais, a limitá-lo quanto menos estiver disposto ou for incapaz de gizar estratégias.

São factores definidores e diferenciadores do mundo cultural em que se traçam as estratégias a classe social, o estilo de vida adoptado, o carácter geracional, o meio urbano ou rural de vivência e o género. Existem diferentes culturas em que se pode viver a velhice, em razão de tais critérios. A reforma tenderá a ser sentida em função dessas variáveis. Em todos os meios sociais, é, todavia, possível elaborar projectos de vida, ainda que as condições do corpo e do espírito os fixem a curto prazo. As estratégias de envelhecimento dependem de aspectos físicos, psicológicos, sociais e económicos.

Para se poder encontrar espaço para o desenvolvimento de tais estratégias, é indispensável ter presente que a velhice transporta em si valências positivas. É memória de um tempo passado, com um valor indispensável à existência, que a ciência e a técnica não conseguem substituir e muito menos superar<sup>23</sup>. Mas a qualidade de vida durante a reforma é ainda indissociável de outros factores como a criatividade e a capacidade de adaptação e de invenção. As pessoas são capazes de uma enorme criatividade, de forma a tornar o quotidiano minimamente agradável. São estes elementos que permitem a reinvenção da vida.

Os perfis de envelhecimento desenvolvem-se no quadro das culturas próprias de cada situação. A reconstituição da existência, na base de programas quotidianos diversificados, se é uma função dos estilos de vida, tem ainda em conta a oferta de actividades que o meio proporciona. Não existem receitas para se dizer em que consiste envelhecer bem. O possível inscreve-se no quadro do que se viveu antes. Esses perfis podem ser tipificados de acordo com algumas principais modalidades.

Em alguns, desenvolvem-se atitudes de fuga. Uma forma de resolver o problema pode consistir, de facto, na tentação de fechamento sobre si mesmo. Haverá então uma redução da actividade fora de casa, aparecendo cada vez menos em público, evitando-se as saídas e as visitas. Trata-se de uma trajetória misantrópica. Busca-se um espaço de paz que elimine todo o ruído e toda a perturbação.

No seu oposto, estão os projectos de envolvimento. Um segmento importante da população sente a necessidade de continuar a realizar uma actividade na sociedade, com a tentativa de mostrar – a si e aos outros – que se está vivo e que se é útil. Reconstrói-se e impõe-se um horário que, embora mais flexí-

---

<sup>23</sup> Xavier Gaullier, *L'Avenir à Reculons*, Paris, Éd. Ouvrières, 1982.

vel, se aproxime do horário anterior de trabalho. Esta imposição traduz a necessidade de se rutinizar o tempo, submetendo-o a uma disciplina. Os tempos não sujeitos a inércias libertam, no quadro da vida activa, mas tornam-se opressivos numa situação de total libertação do trabalho. O tempo passa a ser rutinizado numa série de actividades e de rituais.

As atitudes de envolvimento tomam corpo numa diversidade de estratégias. Muitos entregam-se a actividades que substituem o trabalho, tornando-as centros organizadores do tempo. Esta modalidade preserva, na velhice, os ritmos temporais, numa actividade que resulta agora de uma escolha livre. Dá-se, normalmente, uma diferenciação por género<sup>24</sup>. Em qualquer dos casos, procura-se um horário susceptível de estruturar a vida quotidiana, como forma de o dominar.

Se nas actividades acabadas de referir, a ocupação se reduz a um fazer, nas intelectuais, a realização exprime-se numa manifestação de si. A velhice, fruto de uma socialização própria do activismo ocidental, tende a reduzir-se ao fazer alguma coisa. O tempo libertado, nos que exercem actividades intelectuais, permite-lhes, ao contrário, dedicar-se, com a reforma, ao gosto da cultura e aos prazeres da vida intelectual. De qualquer modo, o tempo será sempre o que dele se faz.

Na variedade das situações, concepções contrastantes da velhice tendem a entrar hoje em conflito. Uma vem da sociedade industrial. O seu começo ocorre quando o ser humano não é mais capaz de exercer o trabalho. Uma outra é própria da sociedade pós-industrial e aparece associada à capacidade de auto-delimitação do tempo e da assunção da liberdade, deixando o indivíduo de estar subordinado ao ritmo da sociedade. Nesta acepção, a velhice não pode ser mais vivida como um destino, mas como um projecto que exige estratégias apropriadas. Há ainda a situação que surge quando não se é mais capaz de exercer a liberdade, se perde a autonomia e desaparece qualquer projecto de vida. Cai-se então na total dependência.

A capacidade de reinventar a vida na velhice é a capacidade de converter um destino em projecto. A reforma opera a transição não ao tempo de repouso – como era entendida na sociedade do trabalho – mas ao tempo de reinvestimento na vida, convertido em novo tempo da existência. Operou-se, neste particular, uma mudança substantiva. Não se trata da proximidade da morte, mas do limiar de uma nova vida.

---

<sup>24</sup> Philippe Pitaud, *La Retraite au Féminin*, Paris, Éd. Pierre Haray, 1983.

Fazer da velhice um projecto e não um destino pressupõe que cada um comece, com antecedência, a dar forma e sentido a esse futuro. Preparar a reforma significa prevê-la e assegurar o seu desenvolvimento.

8. Não são apenas os idosos que são chamados a traçar estratégias para viver com satisfação e a maior dignidade possível o tempo da pós-actividade laboral. Compete também às sociedades proporcionar as possibilidades de resposta às estratégias pessoais de reconversão do tempo libertado, após a transição à reforma. O problema consiste em saber como gerar actividades de substituição para os idosos, de forma a ajudá-los a reinventar a vida.

Faltam políticas que apostem numa velhice activa e que contrariem a actual tendência para a segregação e a relegação, tanto de idosos, como de outros grupos vulneráveis. Ou não existem medidas de política social tendentes à integração dos idosos ou, se existem, não se têm revelado apropriadas. O internamento voluntário ou compulsivo em instituições de acolhimento força-os a uma existência em companhia de pessoas que nem sempre partilham os mesmos modos de vida e priva-os de gerirem a sua conduta, em autonomia. Além disso, corta-os do seu passado, que é a base da sua memória e da sua identidade. Acresce ainda o facto de, nas instituições sociais, se passar rapidamente da fase generosa voltada para o serviço à comunidade à fase burocratizada orientada para a salvaguarda dos interesses internos ao próprio sistema. Daí resulta a necessidade de se explorar a função social dos idosos como forma de assegurar a cidadania, de modo a impedir que se tornem cativos das instituições.

As políticas do Estado distribuem-se, normalmente, por algumas intervenções: reforma da população activa, pensões de segurança social e serviços sociais de apoio. Estas são políticas de tendência assistencial, não imunes à criação de dependência<sup>25</sup>. Faltam incentivos que permitam às famílias terem idosos em casa. Por outro lado, nem todos têm possibilidade de entrar num lar e não encontram apoio domiciliário. Existe uma insuficiente rede de equipamentos. De dependências, está já a sociedade portuguesa cheia.

---

<sup>25</sup> A.-M. Guillemard, C. Meunier e R. Vercauteren, *La Retraite en Mutation*, Paris, Éd. Recherche-FEN, 1991; M.-J. Guisset, B. Veysset e A. Villez, *Grand Âge. Dépendance et Lieux de Vie*, Paris, Fondation de France, 1990; P. Schopflin, *Dépendance et Solidarités: Mieux Aider les Personnes Agées*, Paris, Commissariat Général du Plan, La Documentation Française, 1991; J.-L. Laville, *Les Services de Proximité en Europe*, Paris, Syros-Alternatives, 1992; Anne-Marie Guillemard, *Le Déclin du Social. Formation et Crises des Politiques de la Vieillesse*, Paris, PUF, 1986; Anne-Marie Guillemard, *La Vieillesse et l'État*, Paris, PUF, 1980.

Nomeadamente as instituições, constituídas em depósitos de velhos, não são mais, de ordinário, do que uma mera soma de solidões individuais.

A política social, antes pretensamente assegurada pelo Estado, aparece hoje partilhada por outros actores sociais, que escapam, muitas vezes, à regulação estatal. Estes novos actores agem ao nível local. Trata-se de actores políticos, económicos, sociais, culturais e religiosos. A descentralização da protecção faz surgir tais actores. Acentuou-se, em França, desde há décadas, a necessidade de manter os idosos no seu próprio meio de vida, como eixo prioritário das políticas gerontológicas. Os discursos, nesta perspectiva, privilegiavam os serviços e as prestações a domicílio. A criação de lares, essa aparece no centro das preocupações das políticas locais de envelhecimento. Impõe-se, em Portugal, o conhecimento das características dos sistemas de oferta de apoio, com a análise das formas de ajuda proporcionadas pelas famílias, pelas redes de vizinhança e pelo conjunto de serviços gerontológicos. Não são necessariamente os serviços de proximidade que afastam os riscos de servidão.

Não parece ser possível definir políticas da velhice, sem se inventariarem os diferentes tipos e graus de dependência e as diversas camadas sociais de pertença, com os diversificados estilos de vida e os seus ambientes culturais. Perante tal diversidade, J.-J. Rousseau pensa que “a velhice é, de todos os males, aquele que os socorros humanos menos podem aliviar”<sup>26</sup>. Não pode haver uma política uniformizada, embora existam medidas, em certos domínios, de aplicação universal.

A promoção de políticas de autonomização deve prevalecer sobre as de dependência, embora com apoio nestas. Não se pode deixar de atender aos quadros em que se vem tecendo a existência dos idosos e onde se vive a memória, dado que se algo têm a esperar é mais da recordação do que da esperança, porque possuem mais de passado do que de futuro. Eles têm de viver a tempo inteiro o que lhes resta, pouco mais não sendo do que a memória do trabalho. E nisso vai-se em sentido oposto ao das sociedades actuais, que se inquietam sobremaneira com o futuro, como sociedades da ambivalência e do risco.

É necessário construir políticas para cada uma das fases acabadas de considerar, orientadas para a preparação de vidas mais longas e diversificadas.

---

<sup>26</sup> Jean-Jacques Rousseau, “Quelle est l’origine de l’inégalité parmi les hommes et si elle est autorisée par la loi naturelle », in *Contrat Social ou Principes du Droit Politique*, Paris, Garnier, s/d, p. 44.

Não basta uma política para a terceira idade. Nem sequer são suficientes as políticas estatais<sup>27</sup>. Também o poder local deve ser chamado a participar, entre outras actividades, através de uma intensa animação sócio-cultural e mesmo de turismo social.

9. Contrariando o movimento neoliberal, há que considerar a velhice como uma fase de desenvolvimento, ajudando os velhos, fragilizados, a viver de forma plena a sua cidadania, social e cultural. Este é um desafio para o Estado, para as instituições e para a sociedade civil. O terceiro sector – sector das organizações não lucrativas – deve, em especial, ser mobilizado. Trata-se de um desafio para todos e para cada um, todos e cada um que têm no horizonte, mais próximo ou mais distante, a velhice.

Encontram-se abertos aos idosos o campo do voluntariado social, os serviços colocados fora dos sistemas de concorrência, e tudo o que ajude a reinventar a vida, dando-lhes um sentido e permitindo a fuga ou, pelo menos, o adiamento da dependência.

A utilização deste capital social activo confere um sentido novo de cidadania, retirando-lhes a sensação de que já não têm espaço na sociedade, onde apenas são tolerados e dirigidos.

Se a dependência tende a alastrar hoje através do envelhecimento, do desemprego e da doença, há que desenvolver o sentido da actividade e da utilidade. É, na verdade, o seu potencial de actividade útil que poderia ser usado, quer no voluntariado social, quer em serviços remunerados, que não entram em regimes de concorrência.

10. Se outrora se considerava a velhice como um destino, hoje é possível encará-la com alguma confiança, transformando esse destino em projecto, deixando de a conceber como tempo de total inactividade. O envelhecimento – como tempo de libertação do trabalho –, sendo uma conquista social, apresenta-se hoje como um desafio. Tanto pode ser uma ameaça como uma oportunidade. Há vias possíveis, numa variedade de trajectórias de vivência da velhice. É vivenciada de modo diferente não só de acordo com as diversas fases em que ocorre, como ainda de harmonia com os meios sociais, os quadros da vida quotidiana, os modos e estilos de vida, e o capital social e cultural possuído.

---

<sup>27</sup> António Teixeira Fernandes, “Poder local e turismo social”, in *Sociologia*, Departamento de Sociologia, Porto, 12, 2002, pp. 9-26.

À medida que avança o envelhecimento, tende igualmente a diminuir a disponibilidade e a disposição para se tomar conta dos parentes idosos. As pessoas, em tal situação, não podem ficar sós na busca de soluções para os problemas novos com que se defrontam, nomeadamente a organização do tempo e das relações sociais e culturais. É preciso ajudar os idosos a reinventar a sua vida, de forma que tenham viva consciência de que não perderam o sentido para si mesmo e para os outros. A reforma é normalmente acompanhada de um ritmo desestruturador da vida, que pode implicar a necessidade de redefinição da identidade social construída. O que se é, numa sociedade industrial centrada no trabalho, tende a coincidir com o que se faz. É fácil adquirir, nesta situação, o que alguns designam por “neurose do domingo” e que se exprime em não se saber o que fazer, depois de se deixar de fazer o que se aprendeu a fazer. Tal objectivo não pode ser alcançado sem o empenhamento simultâneo e articulado de associações da sociedade civil e de departamentos governamentais. O Estado não pode fazer tudo. Não lhe compete mesmo fazer tudo. É indispensável uma sociedade civil consciente, activa e responsável.

A reinvenção da vida passa por uma reintegração social, com novas actividades que sejam outras tantas formas de satisfação e de contentamento, que alimentem a auto-imagem e a auto-estima. Isso passa pela reintrodução do sentimento do prazer da vida quotidiana, pela promoção dos contactos pessoais, por uma política de movimentação constante e pela pessoalização dos espaços em que se habita. Uma política dos idosos terá de repor as condições de abertura aos outros, assegurando a mediação das memórias do passado.

Proporcionar contextos onde se possa reinventar a vida, através de ocupações e de projectos, é fazer com que a velhice não seja vivida como vazio, em estado de cidadania diminuída. Com a pré-reforma, quando não voluntária, a passagem à velhice é sempre marcada pela compulsividade associada a uma falta de preparação cultural e psicológica.

11. Em causa está a defesa dos direitos do homem, numa sociedade inclusiva em que todos são chamados a viver em plenitude a sua cidadania, nos mais diversos momentos da existência. A utilização do seu capital activo conferiria às pessoas, em tal situação, um sentido novo de cidadania. Não se trata de uma população facilmente mobilizável. As associações sindicais ocupam-se exclusivamente de direitos constituídos pelos trabalhadores que permanecem no tecido produtivo. Uma grande parte, como se mostrou, vive num certo isolamento, dada a sua progressiva desintegração social.

Quando não maltratados, os idosos tendem a ser rapidamente relegados para as margens da vida social, abandonados à sua sorte ou empurrados para lares nem sempre com as condições mínimas e os cuidados indispensáveis à dignidade da pessoa humana. Lançados em tais depósitos, à espera de uma morte, por vezes, sem dignidade, estão privados do exercício da cidadania, na medida em que lhes são recusados direitos fundamentais. De harmonia com as diversas situações, podem ser tipificadas as formas de violência exercidas sobre eles.

Mas não é menos preocupante a situação daqueles que, esquecidos pela família, mergulham, inactivos e com dificuldade de movimentação, na solidão da sua casa, onde não entra qualquer réstia de esperança de uma vida melhor, ou vagueiam pelas ruas das cidades onde passam os dias e as noites sob os olhares curiosos, mas relativamente indiferentes, dos transeuntes<sup>28</sup>. Se a sociedade que nega espaço à criança perde o sentido do seu futuro, a que expulsa os idosos carece de humanidade e recusa assumir a continuidade da sua memória e da sua identidade. Segundo Ulrich Beck, “a família – o lugar e o refúgio da comunidade, da proximidade, da intimidade e do carinho precisamente na inospitalidade da modernidade – converte-se num monstro”<sup>29</sup>. Este efeito perverso não resulta da crise familiar, nomeadamente na sua modalidade nuclear, mas do seu triunfo. Com a busca máxima da autonomia individual, se cava a sua destruição. A formação do agregado familiar entra, por um lado, nas categorias da sociedade de risco. A família é, por outro lado, uma instituição onde, cada vez mais, se torna visível a violação dos direitos do homem, nomeadamente em relação às crianças e aos idosos. Estes últimos são habitualmente deixados à sua sorte, alguns mesmo abandonados em hospitais.

Os idosos, pelo isolamento e pela solidão a que são frequentemente votados, estão certamente carentes de afectividade e necessitados de atenções. Mas não se poderá dar por caridade o que é postulado por justiça. Não terá sentido a comisseração, quando o que importa é dar o que é devido. A caridade será uma força dinamizadora da justiça, mas, no plano da realização, esta é sempre prioritária, impondo-se antes daquela. É necessário que, em primeiro lugar, se cumpram as exigências da justiça, assegurando-se os direitos funda-

---

<sup>28</sup> António Teixeira Fernandes, *O Estado Democrático e a Cidadania*, Porto, Afrontamento, 1998, pp.241-260.

<sup>29</sup> Ulrich Beck, “Teoría de la modernización reflexiva”, in *Las consecuencias Perversas de la Modernidad*, Barcelona, Anthropos, 1996, p. 225.

mentais na pessoa dos idosos. É algo qualitativa e essencialmente diferente e mais do que o direito à vida. Aqueles têm direito a serem reconhecidos como pessoas na sociedade, não podendo ser tratados como meros indivíduos facilmente descartáveis. Restituir-lhes a dignidade de pessoas é afirmar a sua natureza relacional, assente numa autonomia de meios existenciais. É nesta natureza relacional, enquanto pessoas, que se deve inserir a dimensão amorosa e afectiva do carinho. Primeiro os direitos e só depois os afectos ou, se se quiser, os afectos na realização dos direitos. Não se pode perder de vista e deixar de respeitar a hierarquia existente entre justiça e caridade. Numa sociedade de cidadania real e realizada, não haverá espaço para assistencialismo, pela relação de dominação-servidão que este cria.

É necessário atender às tendências que atravessam as sociedades actuais, aos processos de desestruturação e de reestruturação que as animam, para que se afirmem e se protejam os direitos do homem e se encontrem formas de inclusão de todos e não de indigna exclusão. Há que construir uma sociedade inclusiva. Essa é a tarefa de todos.

